

NOTICIÁRIO

I Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

O Instituto Brasileiro de Geografia, órgão integrante da Fundação IBGE, promoverá, na cidade do Rio de Janeiro, Guanabara, de 23 a 30 de setembro de 1968 a I CONFERÊNCIA NACIONAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — (CONFEGE).

O Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Hélio Penna Beltrão, será o Presidente de Honra.

A CONFEGE tem por objetivo examinar os programas das atividades geográfico-cartográficas das entidades públicas e privadas bem como as necessidades e prioridades dos órgãos usuários de informações geográfico-cartográficas, visando à indicação de diretrizes para a implantação efetiva de uma ação coordenadora, de âmbito nacional, nos campos da geografia e da cartografia.

Os resultados dessas iniciativas, conforme dispõe o Decreto n.º 61.126, de 2 de agosto de 1967, destinar-se-ão a fornecer subsídios à futura elaboração, pelos órgãos competentes, do Plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre.

Segundo Normas Básicas, a I CONFEGE orientar-se-á de conformidade com a seguinte direção: a) Presidência; b) Comissão Executiva; c) Comissão de Coordenação Técnica; d) Secretaria Administrativa.

Por intermédio das Comissões Técnicas, em número de seis ou sete, constituídas de um Dirigente, um Relator, um Secretário e quatro Debatedores a I CONFEGE apreciará, especialmente, os documentos preparados por iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia ou por êle solicitados a personalidades e instituições especializadas.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO "A" — *Plano Nacional de Geografia e Cartografia*

- a.1 — Plano Setorial de Geografia
- a.2 — Plano Setorial de Geodésia
- a.3 — Plano Setorial de Cartografia

COMISSÃO "B" — *Geodésia, Matemática e Dinâmica*

- b.1 — Triangulação — Problema da conservação dos marcos geodésicos.
- b.2 — Trilateração — Vantagens e desvantagens de uma rede de trilateração no Brasil.
- b.3 — Nivelamento — Ajustamento do sistema nacional e conexão de sistemas isolados ao ponto de referência único.
- b.4 — Adensamento da Rede Geodésica Fundamental — Vantagens e desvantagens do adensamento da rede planimétrica por meio de poligonais eletrônicas de precisão.
- b.5 — Determinações gravimétricas no Brasil — Necessidades e vantagens de se estender as determinações gravimétricas a todo o território brasileiro.
- b.6 — Utilização dos Sistemas de Referência — Problemas que surgirão se os sistemas geodésicos permanecerem isolados; necessidade da interligação dos sistemas de referência.

COMISSÃO "C" — *Aerofotogrametria e operações terrestres*

- c.1 — Apoio Suplementar — Determinações plano-altimétricas com uso conjugado de Teodolito e Telurômetro. Dificuldades surgidas com a insuficiência de apoio fundamental.
- c.2 — Classificação e complementação de campo, toponímia — Problemas da reambulação decorrentes do envelhecimento rápido das fotografias aéreas em determinadas regiões e de falhas na classificação, complementação e toponímia.
- c.3 — Problemas inerentes ao planejamento, organização e processamento dos levantamentos aerofotogramétricos para cartas em escalas médias.
- c.4 — Coordenação e situação atual dos levantamentos aerofotogramétricos — Problemas referentes a superposição e falta de entrosamento das diferentes entidades.

COMISSÃO "D" — *Elaboração e uso de Cartas*

- d.1 — Normas de precisão adotadas no país — Problemas decorrentes da variação de escalas.
- d.2 — Especificações para contratos — Necessidades de especificações contratuais para diferentes tipos de levantamentos, dentro das normas e graus de precisão aceitas.
- d.3 — Estabelecimento de simbologia para grandes e médias escalas.
- d.4 — Estabelecimento de simbologia para pequenas escalas.
- d.5 — Problemas decorrentes da falta de intercâmbio de dados: obrigatoriedade legal de troca desses elementos.

- d.6 — Utilização de cartas — Necessidade da variação de escalas, informações cartográficas e outros detalhes, para a utilização adequada da carta.
- d.7 — Problemas inerentes à elaboração e preparo de cartas.
- d.8 — Aerofotografias — Problemas decorrentes do intercâmbio de aerofotografias e filmes e de sua classificação como sigilosos.

COMISSÃO "E" — *Aperfeiçoamento Profissional e Documentação na atividade Geográfico-Cartográfica*

- e.1 — A participação do IBG no ensino e no aperfeiçoamento técnico.
- e.2 — Capacitação profissional e ensino universitário.
- e.3 — A função da Biblioteca Central do IBG.
- e.4 — Divulgação dos trabalhos de conhecimentos técnico-científicos.
- e.5 — Sistematização da coleta de informações.

COMISSÃO "F" — *Regionalização*

- f.1 — Divisão Regional do Brasil — o significado de uma divisão regional, institucionalizada para fins estatísticos e de planejamento.
- f.2 — Diagnósticos — Roteiro para elaboração de diagnósticos de regiões prioritárias brasileiras.
- f.3 — Fluxos — ~~Importância~~ importância de estudos sistemáticos para compreensão da estrutura espacial brasileira.
- f.4 — Áreas Metropolitanas, metodologia para definição e o seu estudo de áreas metropolitanas brasileiras.
- f.5 — Centralidade — Definição de metodologia para o estudo de centralidade.

f.6 — Relação cidade-região — Metodologia para o estudo de relação cidade-região.

COMISSÃO "G" — *Atlas e Cartas Temáticas*

g.1 — Atlas Nacional do Brasil — Normas e especificações do Atlas Nacional do Brasil — parte geral e regional; índice mínimo de assuntos.

g.2 — Atlas Estaduais — Normas e especificações; índice mínimo de assuntos; coordenação e assistência técnica aos órgãos estaduais.

g.3 — Utilização da terra — metodologia e técnicas de pesquisa para o mapeamento em 1: 1 000 000.

g.4 — População — discussão e adaptação das recomendações da Comissão do Mapa de População do Mundo da UGI, para o mapeamento da população do Brasil em ... 1:1 000 000.

g.5 — Mapas físicos — metodologia, técnicas de pesquisas, padronização tipológica e de simbologia; elaboração de mapas complexos.

Curso de Informações Geográficas

O Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE, realizou, no período de 1 a 18 de julho último o seu tradicional Curso de Informações Geográficas para Professores de Geografia do Ensino Médio, realizado nas dependências do SENAC.

Desenvolvido à base de sessenta aulas práticas e teóricas, seminários e uma excursão realizada pelo Estado da Guanabara e Estado do Rio e orientado por quinze professores do IBG e dois professores especialmente convidados, teve uma média de participação de sessenta alunos dos quais quarenta e sete compareceram às provas, obtendo média de aprovação quarenta e cinco alunos.

A média de aproveitamento desta turma de julho de 1968, por matéria, foi o seguinte: METODOLOGIA — 75,7; CARTOGRAFIA — 72,8; GEOGRAFIA

HUMANA E POLÍTICA — 70; GEOGRAFIA FÍSICA — 71,7; GEOGRAFIA DA GUANABARA — 77,5; GEOGRAFIA ECONÔMICA — 84,6 e GEOGRAFIA REGIONAL — 70,4.

À cerimônia de encerramento, realizada no dia 18 de julho, no auditório da Fundação IBGE, compareceram o Representante do SENAC, Prof. VIRGÍLIO JOSÉ AFONSO, o Dr. RAUL ROMERO, Diretor-Superintendente do IBE, Representando o Presidente da Fundação IBGE, Prof. SEBASTIÃO AGUIAR AYRES, o Superintendente do IBG, Prof. MIGUEL ALVES DE LIMA, o Diretor do Curso, Prof. ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA, O Diretor da Divisão de Administração do IBG Dr. WILSON TÁVORA MAIA e outras personalidades ligadas aos meios geográficos do País.

Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros

Realizou-se em julho de 1968, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, a XXIII Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros. A principal conclusão a que chegaram os participantes do importante conclave foi a necessidade de realização de um Planejamento Local Integrado, com a

finalidade de estabelecer-se o desenvolvimento organizado da extensa região do Norte de Minas.

Participando da reunião, o Professor Alisson Guimarães, diretor do Departamento Geográfico daquele Estado e também do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mi-